



A IMPRENSA TOMA PARTIDO: *O ESTADO DE SÃO PAULO* E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1998

Letícia Crespo Bomfim

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP)

E-mail: leticiac3.b@gmail.com

O presente trabalho, realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES), tem como objetivo analisar o papel desempenhado pela imprensa brasileira – em particular o jornal *O Estado de São Paulo* através da publicação de editoriais¹ de 1998² – no processo eleitoral do mesmo ano, que levaria à reeleição de Fernando Henrique Cardoso e à disseminação, consolidação e manutenção do modelo econômico neoliberal no Brasil, mobilizando, para isto, o conceito de *hegemonia* presente em Gramsci.

Ao analisar o pensamento gramsciano, Dênis de Moraes afirma que a *hegemonia* é conquistada a partir de conflitos que se dão nas esferas econômica e política, mas também naquilo que diz respeito ao plano ético-cultural (2010, p.55). A conquista de poder se dá na esfera da luta pela hegemonia, que “não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo” (MORAES, 2010, p.55). Sendo assim, para Gramsci, a construção da *hegemonia* se faz através de um determinado *consenso*, não apenas através de uma força material.

Gramsci, ao pensar o processo pelo qual se dá a obtenção da hegemonia, parte de sua concepção ampliada de Estado, isto é, *sociedade política* + *sociedade civil* (GRAMSCI, 2000, 46). A sociedade política é responsável pelos mecanismos de repressão através dos aparelhos de coerção, que garantem a disciplina daqueles que não consentem. A sociedade civil, por sua vez, é a responsável pela manutenção, difusão ideológica. Segundo Gramsci, é a sociedade civil espaço de luta pelo consenso, onde

¹ O editorial identifica o agendamento da mídia e expressa questões públicas; é a opinião própria do jornal, ou do dono do jornal, o que o torna naturalmente tendencioso. Além disso, é uma parte importante deste objeto de estudo já que expõe suas ideias e suas preocupações e “[...] incorporam autoridade, consciência e



hierarquia ao seu conteúdo” (CARVALHO, 2006, p.103)

² Foram analisados os editoriais de Abril a Setembro de 1998, meses imediatos às eleições do período analisado.



atuam os *aparelhos privados de hegemonia* – aparelhos autônomos em relação ao Estado, que tem o intuito de defender interesses particulares –, que envolve escolas, Igreja, sindicatos, partidos políticos, os meios de comunicação, como a imprensa.

“[...] a sociedade civil tem, por um lado, uma função social própria: a de garantir (ou de contestar) a legitimidade de uma formação social e de seu Estado, os quais não tem mais legitimidade em si mesmos, carecendo do consenso da sociedade civil para se legitimarem” (COUTINHO, 2011, p.16).

Segundo Denis de Moraes, este conceito de hegemonia desenvolvido por Gramsci coloca luz sobre a participação dos meios de comunicação no mundo contemporâneo, pois, tidos como aparelho privado de hegemonia e, sendo os produtores dos conteúdos que circulam por esse meio uma classe com privilégios, organizam e difundem uma “frente teórica”, constroem uma visão de mundo homogênea (MORAES, 2010, p.8).

Gramsci, quando aborda a temática do jornalismo faz isso no sentido do que ele chama de “jornalismo integral”, definido assim por ser um jornalismo que tem a preocupação expandir sua atuação, criar um público que será seu consumidor e também criar suas necessidades, e não apenas um jornal que atende certas necessidades deste público. O jornal, como empresa capitalista, visa obter lucros, por isso deve atrair um maior número de pessoas que o consomem, transmitindo conteúdos que unifiquem a opinião pública. (2001, p.197)

Assim, a mídia passa a atuar a partir de uma lógica de mercado, comercial e transforma a informação em sua mercadoria. “A informação assumiu a dianteira na rotação vertiginosa do capitalismo global. Tornou-se fonte alimentadora das engrenagens indispensáveis à hegemonia do capital, uma espécie de “mais-valia decisória” que se qualifica como recurso básico de gestão e produção” (MORAES, 2004, p. 18).

A análise de Gramsci quanto a atividade jornalística deve ainda levar em consideração outras questões, como a autonomia que os meios de comunicação apresentam. Moraes (2014) afirma que os meios de comunicação foram confiscados pelos poderes econômicos e financeiros. As receitas obtidas através de publicidade, anúncios, também através de ajuda do Estado, estão também vinculadas aos interesses de mercado. Portanto, as notícias veiculadas por esses veículos de informação estão diretamente associadas àqueles que publicam e contribuem para a obtenção de lucros das empresas jornalísticas e seus interesses de mercado e ideológicos.

O desenvolvimento capitalista da empresa jornalística acarreta por consequência



no surgimento de monopólios e concentração da comunicação nas mãos de um conjunto reduzido da sociedade. Moraes apresenta essa discussão em seu trabalho e afirma que, na América Latina e no Brasil, em troca de apoio, as ditaduras militares haviam contribuído para a concentração da mídia nas mãos de megagrupos, os favorecendo através de



isenções fiscais, concessões de diversos meios de comunicação, financiamentos. Assim, nas últimas décadas do século XX, esse reduzido grupo se expandiu sem maiores obstáculos.

No caso brasileiro,

“[...] De acordo com levantamento do projeto *Os Donos da Mídia*, seis redes privadas (Globo, SBT, Record, Band, Rede TV e CNT) dominam o mercado de televisão no Brasil. Essas redes privadas controlam, em conjunto, 138 dos 668 veículos existentes (TVs, rádios e jornais) e 92% da audiência televisiva. A Globo, além de metade da audiência, segue com ampla supremacia na captação de verbas publicitárias e patrocínios” (MORAES, 2013).

A concentração e monopólio midiático se torna importante na discussão, pois, do a diversidade da mídia permite aos cidadãos uma pluralidade de informação e opinião a partir de diferentes pontos de vista, o que se torna essencial para o debate e confronto de opiniões, algo central em uma democracia. Esta seria uma configuração ideal da mídia. Do contrário, a concentração das empresas jornalísticas lança tendência para uma homogeneização dos conteúdos de informação, para uma ditadura do discurso único – com ênfase na propagação de conteúdos paralelos à ideologia da empresa midiática – e anula o debate no cenário político, afeta a cidadania e impede que críticas ao sistema vigente surjam (AZEVEDO, 2006, P.97).

Nesse ponto, é imprescindível abordar o caráter ideológico alinhado a uma hegemonia neoliberal – herança das últimas décadas do século XX – que vem ocupando os espaços da mídia. Segundo Kucinski (2005, p.115), no neoliberalismo, os jornais, com pautas uniformes, difundem um discurso que enfatiza a necessidade da adoção de políticas neoliberais, sendo isto natural e inevitável. Assim, “[...] a mídia fala em nome do interesse público, mas serve ao interesse privado” (KUCINSKI, 2005, p.119).

O primeiro governo FHC

Para Barbosa e Silva, a vitória de Fernando Henrique Cardoso nas eleições presidenciais de 1994 foi a consolidação de um projeto conservador naquele contexto contra os avanços consideráveis da Constituição de 1988 (2008, p. 55)

“A partir do governo Collor, as bases para um contra-ataque aos avanços representados pela Constituição de 1988 estavam, no entanto, lançadas. O ajuste fiscal, as privatizações, a ênfase no controle inflacionário e a responsabilização do Estado pela crise aparecem como pilares erguidos num ambiente confuso e conflituoso. Mas eles resistiram aos ventos que derrubaram



o presidente [...] A posse de Fernando Henrique Cardoso em janeiro de 1995 é carregada de significações. Representa o ajuste e a organização do projeto liberalizante em solo brasileiro. E, em parte como consequência disso, o fechamento de uma “Era”, seus erros e sua história” (BARBOSA E SILVA, 2008, p. 55).

A “Era” referida naquela passagem se trata da “Era Vargas”. Segundo Fernando Henrique Cardoso proferiu em seu *Discurso de Despedida do Senado Federal*, em dezembro de 1994, já eleito presidente da República, esse passado em seu governo seria superado, pois era sinônimo de atraso frente ao processo de globalização – processo este que implicava políticas liberais. Em seu discurso FHC expõe as intenções, a agenda de modernização política e econômica de seu governo recentemente eleito. O atraso atribuído à “Era Vargas” diz respeito à forte intervenção estatal na economia e na sociedade, o que dificultaria a integração do Brasil na Nova Ordem Mundial. Foram então apontadas algumas propostas para a modernização que se objetivava, entre elas a estabilização econômica, ataque aos gastos públicos, recuperação do salário médio e do consumo da camada mais pobre da população, revisão das regras que regulamentavam o mercado de trabalho, abertura da economia brasileira, bloqueio ao protecionismo e a garantia do princípio geral de regulação do mercado (PICCOLO, 2010, p. 299).

O governo FHC fora o responsável pela atualização da agenda política e pelo ajuste da economia brasileira ao modelo neoliberal preconizado pelo “consenso de Washington”, a partir da implantação de um amplo programa de reformas do Estado que compreendeu, de um lado, a modificação na legislação trabalhista, previdenciária, tributária e administrativa e, de outro, a quebra de monopólios estatais, desregulamentação financeira, abertura econômica e privatizações (BRANDÃO, 2013, p. 100).

No entanto, o projeto de “modernização” não impediria que a economia brasileira fosse atingida por um quadro de instabilidade e crise derivada de ondas internacionais, ainda em seu primeiro governo. Essas reformas estavam relacionadas com o Plano Real, um plano muito dependente do capital internacional; o que, por sua vez, o tornava muito frágil às conjunturas econômicas externas, sofrendo os impactos das crises cambiais de outros países – México, Ásia e Rússia. “Nunca antes, a política econômica do Brasil havia sido tão reflexa, determinada de fora pra dentro do país e de forma quase que imediata, como nesse ‘modelo econômico’, que vem sendo construído a partir do Plano Real”



(FILGUEIRAS, 2000, p.117).



Como consequência das várias medidas do governo FHC para evitar um aprofundamento das crises no país, a moeda foi desvalorizada, tornando-se difícil a sustentação do Plano Real; o nível de desemprego alcançou patamares elevados, assim como o número de falências e a inadimplência. A atividade econômica e a abertura econômica desaceleraram. Abatia-se sobre a economia brasileira períodos de estagnação e recessão econômica que acabaram por levar o Brasil mais uma vez a recorrer à ajuda financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1998.

Nos anos que se seguem ao lançamento do Plano, nota-se seu sucesso no controle da inflação, que chega a níveis baixíssimos, chegando a apenas dois dígitos em 1995 – em 1993, quando foi lançado o Plano Real, a inflação alcançava quatro dígitos, chegando a 1.500%.

Além disso, a estratégia de mudança da moeda mais a abertura econômica tiveram o efeito de aumentar tanto as exportações como as importações; no entanto, as importações cresceram 80%, enquanto as exportações cresceram 20%. Este processo acarretou o déficit da balança comercial do Brasil, fragilizando a imagem do país frente aos países estrangeiros. Junto ao Plano Real, seguiu o processo de desnacionalização, unindo a venda de empresas estatais de diversos setores da economia brasileira ao mercado, aumentando de forma considerável a participação estrangeira na economia brasileira e, em contrapartida, reduzindo a participação nacional.

Em relação às taxas de ocupação dos brasileiros quando da implantação do Plano Real, Novais e Portugal Junior (2000) destacam que o Plano se dá em meio a uma transformação das estratégias das empresas quanto à sua produção. Com o intuito de ajustar seus níveis de atividades, as empresas buscam ampliar seus ganhos e reduzir seus custos, o que acaba retraindo os postos de trabalho. Apesar deste fator, a política do Plano Real não pode deixar de ser considerada, pois tem papel fundamental no que diz respeito à ocupação dos brasileiros.

A taxa de desemprego, do período que vai de 1992 até 1995 vinha sendo reduzida, devido a retomada do crescimento econômico brasileiro. Porém, no ano de 1998, a taxa de desemprego que era de 4,64% aumenta, chegando a 7,59% (FILGUEIRAS, 2000, p. 170). Apesar de o governo manter um discurso de que o crescimento do desemprego era consequência de uma conjuntura externa, “[...] a política de estabilização, calcada na valorização do câmbio – durante quatro anos e meio –, numa ampla abertura comercial e



em elevadas taxas de juros – que restringem a possibilidade de crescimento econômico



[...]” tinha responsabilidade no aumento das taxas de desempregados (FILGUEIRAS, 2000, p. 173) ³.

Somam-se aos impactos do Plano Real, o déficit público e a dívida pública interna aumentaram de forma exorbitante, comprometendo o orçamento público e acarretando o aumento de impostos. O mesmo ocorreu com a dívida externa, que cresceu de forma muito rápida, repercutindo no crescimento da dependência externa do Brasil.

Imprensa e Governo FHC

Ainda no governo de Itamar Franco, a indicação de Fernando Henrique Cardoso para o cargo de Ministro da Fazenda foi vista positivamente pela mídia brasileira, pois era ele um intelectual com profundo conhecimento do Brasil. O sucesso do Plano Real e a estabilização conseguida por ele fez com que a mídia se alinhasse ainda mais a Fernando Henrique Cardoso, apoiando o político para a campanha eleitoral de 1994 e durante todo o seu primeiro mandato.

“[...] Desde a era Collor, o projeto patronal de desmonte do Estado e abertura comercial ganhou efetivamente as mentes e corações da maioria esmagadora de jornalistas e das classes médias às quais eles pertencem e às quais servem” (KUCINSKI, 1999). Assim, o papel de Fernando Henrique Cardoso era o de “garoto-propaganda” deste projeto de reformas, privatizações e oportunidade de investimento no país, de reestruturação do Estado.

Kucinski afirma ainda que o apoio midiático ao governo FHC e o que ele representava era determinante, principalmente em momentos de grandes críticas ao presidente e a escândalos de seu governo – nem mesmo durante estes acontecidos este apoio se altera. Além disso, destaca-se na era Fernando Henrique a homogeneidade do discurso do jornalismo brasileiro em torno deste apoio, em torno de um jornalismo econômico em sua essência que tinha como principal objetivo persuadir seu público, o que, por sua vez, impediu o debate das questões que se colocavam naquele contexto. Era também um discurso que

“[...] não considera o homem como protagonista das histórias e sim as empresas, os executivos, os fundos de pensão, enfim as várias representações do capital e seu processo de acumulação. Com esse tipo de discurso articulador de interesses estratégicos da grande burguesia, a imprensa brasileira passou a



³ Soma-se a este quadro o fato da piora da qualidade de ocupação dos brasileiros. No país, o número de pessoas com carteira assinada havia diminuído 1,6%, enquanto o trabalho informal, sem carteira assinada, havia aumentado.



adotar uma linguagem de abstrações, que, aliada ao seu governismo, alienou-a da realidade e do povo” (KUCINSKI, 1999).

O discurso da mídia, assumidamente favorável à FHC, acabou por ter a função de ser um meio de desinformar a população e de propagar as verdades do governo, porque, para que o presidente não fosse prejudicado, muitos fatos relevantes, de assuntos polêmicos ou problemas advindos das decisões do governo, eram sufocados, não foram noticiados ou, quando o eram, eram amenizados, não tinham análises profundas. A mobilização midiática, em sua maioria, se dava com intuito de manter o projeto político e econômico neoliberal, preocupando-se em apresentar ao público suas vantagens.

No que diz respeito à eleição de 1998, Rubim afirma que ela “[...] traz a novidade de se realizar em um momento terminal da transição. Isto é, uma circunstância na qual as ambiguidades e possibilidades de uma transição se afunilam em torno de um projeto dominante cada vez mais hegemônico: a inserção do país em uma globalização, sob a égide neoliberal” (RUBIM, 2000, p.28). Naquele contexto, esta inserção se faria possível através do candidato Fernando Henrique Cardoso e de seu bloco político econômico formado pelo PSDB e pelo PFL.

O caso do jornal *O Estado de São Paulo* e as eleições presidenciais de 1998

O periódico *O Estado de São Paulo* (OESP), chamado de *A Província de São Paulo* até antes de 1889, foi fundado no ano de 1875 sob a organização e liderança de um grupo nomeado pelo Congresso Republicano de Itu, em 1874, e constituído também por diversos integrantes da sociedade do café – já é percebido que, desde o seu início, o jornal atende aos interesses de uma classe, de uma elite agrária. Em 1885, Júlio Mesquita começa a integrar a equipe do periódico como redator-gerente, tornando-se codiretor do jornal três anos depois, em 1888, ao lado de Rangel Pestana. E, em 1891, com a eleição de Rangel Pestana para Senado, Mesquita o substitui na direção de *A Província de São Paulo*. Desde então, a direção do jornal está nas mãos da família Mesquita.

Para Capelato, o periódico analisado

“[...] apresenta características singulares no quadro da imprensa brasileira: entre elas, deve-se destacar sua constância e coerência na trajetória de ‘defensor dos postulados liberais’; sua constante autodefinição como ‘órgão de oposição’ aos governos constituídos. [...] a permanente e sempre reiterada preocupação política do jornal de – para além de sua função informativa – se apresentar como ‘órgão modelador da opinião pública’. Dessa forma o desvendamento da ideologia liberal de ‘OESP’ bem como de sua efetiva



intervenção na vida política se constituem em referências obrigatórias para o chamado pensamento conservador brasileiro” (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 19-20).



“O modelo político defendido pelo periódico é considerado ‘ideal’ para o país norteia-se pelos princípios liberais e consubstancia-se na prática da democracia [...]” (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 91). Ainda segundo Capelato, desde o início do século XX, o periódico expõe ideias contrárias à interferência do Estado na economia, pois defende que ir contra o princípio liberal de liberdade de mercado ocasiona em atraso. Ao Estado cabia apenas garantir os direitos naturais do homem, justiça, segurança, liberdade, propriedade (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 98). Soma-se a estas ideias o apoio de *O Estado de São Paulo* a entrada de capitais estrangeiros, alegando que era uma instigação ao desenvolvimento, já que o Brasil não possuía capacidade de investimento.

No contexto das eleições presidenciais do ano de 1998, o que é percebido nos editoriais de *O Estado de S. Paulo* é uma assumida posição de enorme apoio ao governo FHC e às suas medidas neoliberais – as reformas objetivadas pelo governo, entre elas a reforma da Previdência, a desestatização e as privatizações – e à sua candidatura na eleição para o cargo de Presidente da República em 1998. Não são deixados de fora os problemas evidentes no Brasil e difíceis de ignorar, mas que são tratados de forma superficial e amenizados a todo instante. Dá-se ênfase nos editoriais do periódico às qualidades do candidato FHC e ao sucesso de seu projeto político, econômico e ideológico, além de serem atribuídos aqueles problemas – aprofundamento das crises internacionais no país, altas taxas de desemprego, atraso nas reformas, alto déficit público – a terceiros.

Acerca do tema das privatizações empreendidas pelo governo, o OESP deu visibilidade principalmente à questão dos sistemas elétrico e de telefonia, afirmando que traria benefícios tanto ao governo, que atrairia investimentos interno e externo, como para os consumidores, que teriam mais e melhores ofertas de serviço. Além disso, seria uma forma de estimular o crescimento da economia e gerar empregos, pois, afirma no editorial de 9/07/1998 “sem concessões de serviços, o País ficaria emperrado por falta de investimentos em infraestrutura” (1998, p.3).

Chama a atenção na análise dos editoriais do jornal a constância das argumentações que retiram do governo e do então Presidente da República a responsabilidade pelos problemas econômicos e sociais – quando não os ameniza –,



transferindo a culpa para outros fatores e sujeitos internos e externos, políticos e econômicos. Isto acontece no que se refere a vários aspectos brasileiros, como o déficit



público, o atraso das reformas propostas pelo governo, o agravamento da crise econômica e até mesmo a situações que envolvem a seca no Nordeste.

No editorial “Os fins, justificando os meios”, de 30/04/1998, o OESP acusa o governo de negociar no limite da ética, quando Fernando Henrique não propôs a reforma política no impulso inicial de seu primeiro governo e naquele momento, no qual o havia perdido, era obrigado a fazer negociações com o Congresso Nacional para poder aprovar suas reformas, reduzindo a eficácia das mesmas. Na opinião do editorialistas, esta era a tragédia do Brasil, “Um governo composto por homens honestos, que contrasta com o governo do passado, pontilhados por escândalos de toda ordem, mas mal consegue levar avante um projeto de reformas de óbvio interesse nacional” (1998, p.3), e que tinha como única forma de conseguir a aprovação de seu projeto era aquela forma de negociações.

Acerca ainda das reformas, que para os donos do jornal são “de óbvio interesse nacional”, OESP “patrocina” estes projetos em diversos de seus editoriais. Isto pois, as reformas, prioridade o governo FHC, significariam um salto na qualidade de vida da população brasileira já que delas dependia o crescimento econômico, e consequentemente a criação de postos de emprego, melhores serviços de infraestrutura e o equilíbrio das contas públicas – este último tem a imagem projetada na Previdência, a qual devia passar por uma urgência reforma. No entanto, como apresentado no editorial anterior, *O Estado de S. Paulo* defendia que se tornava difícil alcançar essas melhorias por causa da atuação da oposição que estava no Congresso e até mesmo fora dele, como Lula.

No dia 7/05/1998, no editorial “A responsabilidade do déficit público”, os editorialistas do OESP afirmam ao leitor que o déficit público é causa dos gastos do governo que, por sua vez, é consequência dos atrasos das reformas administrativa e previdenciária – setores que o governo se vê obrigado a financiar. O jornal analisado defende a posição de que o governo, para solução do problema, dependia dos congressistas. Estes, porém, estavam mais interessados em desmoralizar o governo de FHC entrando as reformas por ele propostas. “Uns e outros estão sacrificando o interesse nacional”, afirma em um trecho do texto. E continua: “Na verdade, ao negar ao governo armas indispensáveis ao combate do déficit público, estão impedindo que a econômica do Brasil cresça na velocidade e no volume necessários para o bem-estar da população”. Para “O Estado de S. Paulo”, o governo ficaria de mãos atadas para enfrentar o déficit público de forma eficiente se o Congresso não entendesse a gravidade da questão



para o Brasil (1998, p.3).



Quando analisado o contexto das eleições presidenciais de 1998, ficam em evidência as crises mundiais que também atingem a economia brasileira. E sobre essa temática são destacados em diversos editoriais do jornal as medidas de Fernando Henrique Cardoso para enfrentar a crise e o apoio dos editorialistas a todas elas, antecipando um futuro de austeridade e a necessidade do sacrifício popular. “Fazendo isso, os editoriais restringiram-se a interpretações de curto alcance da crise, pautando-se por argumentações que desresponsabilizavam as políticas econômicas pela força do impacto da crise mundial” (SOARES, 2009, p.173)

O jornal apresenta as medidas de FHC no enfrentamento da crise externa como providências defensivas, sem as quais a crise teria um efeito ainda maior sobre a economia brasileira. Em outubro de 1997, o governo lançou um pacote de austeridade para driblar as consequências destas crises, como aumento dos juros e impostos. Segundo os editorialistas de OESP, o enfrentamento daquele momento era difícil, porém era exagero falar em recessão levando em conta que as reservas cambiais chegavam a US\$ 74 bilhões, era percebido uma melhora na atividade industrial, os investimentos continuavam a crescer; a pior fase havia, para eles, passado. “O ajuste, naturalmente, implicou sacrifícios. [...] Mas a alternativa poderia ser muito mais custosa [...]” (16/05/1998, p.3).

Nos editoriais dos dias 28/05/1998, “Explicando para convencer”, e 1/06/1998, “As razões da insatisfação”, é explicado ao leitor o porquê o pacote adotado pelo governo de imposição de medidas de austeridade fiscal levou a queda da popularidade de então Presidente Fernando Henrique Cardoso, o que ficou claro nas pesquisas de intenção de votos entre os meses de maio e junho. No entanto, há uma evidente defesa das decisões do Presidente.

No editorial “Explicando para convencer”, *O Estado de S. Paulo* reforça o discurso de FHC, afirmando que as dificuldades econômicas pelas quais passava o Brasil eram efeito do cenário econômico-financeiro internacional, de seus “desacertos e distorções”. Mesmo tendo provocado arrocho salarial e a piora da qualidade de vida da população, o pacote de outubro era inevitável, necessário na tentativa de amenizar as consequências da crise internacional (1998, p.3).

As eleições presidenciais de 1998 foram também marcadas pelo aniversário de quatro anos do Plano Real no mês de julho daquele ano e, é claro, não ficou de fora dos editoriais do jornal. Nos diversos editoriais analisados, os editorialistas assumem que após



a implementação do Plano Real ainda há muito o que ser feito no Brasil, porém, é inegável que houve uma grandiosa melhora na vida econômica e social dos brasileiros em pouco tempo.

“[...] o real é mais do que uma moeda firme, assim como o Real é mais do que um plano bem-sucedido. Apesar dos juros e do câmbio, da dívida e do déficit,



da crise asiática e do saco de maldades; apesar do desemprego e da dengue, da lentidão do governo em acudir quem fica *na pior* e de sua relutância em reconhecer erros e omissões evidentes; apesar dos maus passos e dos maus parceiros do presidente, e seu soberbo desdém pelos críticos e de seu tão comentado distanciamento das situações de comoção popular – o fato essencial é que nunca o País mudou tanto para melhor, em tão pouco tempo, em regime de democracia plena.” (23/06/1998, p.2)

Ainda no mesmo editorial afirma-se que sem a implantação do real, seriam impraticáveis as transformações conseguidas desde 1994, como o fato de o governo, economia e sociedade voltaram a funcionar; foi dado fim a superinflação que assolava o Brasil; entre 1994 e 1997, houve redução do número de miseráveis, assim como da concentração de renda e a taxa de mortalidade infantil. É aqui dada voz aos interlocutores do presidente-candidato, que dizem o “aprofundamento e a ampliação dos benefícios da estabilidade [...] constituem ‘o lado nobre da reeleição’”.

Em editorial “Os frutos da estabilidade”, do dia 30 de junho, OESP afirma que o real é “benefício nos bolsos e nas barrigas”. O texto traz inúmeros dos benefícios consequências do real: maior acesso aos serviços básicos – mais 5 milhões de residências passaram a usufruir de água tratada e coleta de lixo, a rede de esgoto se estendeu a mais de 1 milhão de pessoas e a rede elétrica a mais de 3,65 milhões; o consumo de carne também aumentou, assim como o número de domicílios com televisões, geladeiras, freezers e máquina de lavar. Com o real tornou-se possível planejar e avançar socialmente.

A eleição presidencial do ano eleitoral analisado teve como destaques principais os candidatos Fernando Henrique Cardoso, que, como foi mencionado, era um caso particular por ser ele candidato/presidente, e Luis Inácio Lula da Silva, principal candidato da esquerda naquele contexto. Como ficou evidente nos editoriais apresentados, *O Estado de S. Paulo* adere ao governo e às suas medidas. No que diz respeito ao segundo candidato, ocorre o extremo oposto. Lula, nos editoriais, faz parte da oposição despreparada e responsável pelo aprofundamento dos problemas econômicos e sociais que atingem o Brasil, que busca a todo tempo desestabilizar o então atual governo em benefício de sua candidatura e é um risco para o futuro – é o que se vê no editorial “A preocupação com os sem-programa” do dia 07/06/1998 (p.3).



As críticas ferrenhas feitas a Lula vão desde a questão da seca do Nordeste às reformas que julga o jornal serem necessidades brasileiras, sempre colocando o candidato em comparação com o Presidente. No período analisado no jornal, os editorialistas chamam a atenção diversas vezes para o despreparo do candidato da esquerda para assumir a presidência e chegam a afirmar que Lula, ao invés de um programa político, tinha uma coleção de frases feitas, sem se reocupar com suas consequências. Para OESP, em editorial publicado em 23/05/1998, as atitudes de Lula em “ritmo vale-tudo”, quando ele discursava e tentava persuadir eleitores através do grito, pelo “showmício” demonstravam que ele não possuía um projeto de governo (1998, p.3).

Quando as pesquisas da intenção de votos apontam uma possível vitória de Lula para o cargo Executivo, uma alternativa ao governo FHC, o editorial de 1 de junho, “As razões da insatisfação”, demonstra choque. “Os candidatos de oposição não apresentam programas viáveis para a superação da atual crise. Ao contrário, o que dizem sugere ou explicita o retrocesso, o retorno ao estatismo e ao fechamento as economias, pragas responsáveis pelo aspecto estrutural dos problemas nacionais [...] suscitam reações de desconfiança e medo nos agentes econômicos e nos investidores estrangeiros” (1998, p.3).

A conjuntura financeira-econômica internacional, as crises que atingem o Brasil tornam-se temas importantes também numa perspectiva de críticas à Lula. Ao prometer a desvalorização do câmbio no contexto de crise asiática, o candidato é colocado na posição de tolo; “A economia brasileira não é desafio para amadores, nem para quem carece de maturidade para avaliar as condições de êxito no ambiente internacional”. Lula e Brizola, candidato a vice, pareciam não compreender as transformações que ocorriam no mundo, agora cada vez mais interligado. Para os editorialistas, o caminho utilizado pelo governo Fernando Henrique não necessitava de uma direção diferente – a crise econômica internacional havia limitado o campo de ação dos governantes e as medidas tomadas tornavam o país mais competitivo em um mercado internacional. “O mal que Lula e Brizola poderão fazer à economia serão limitados. O problema é o mal que já estão fazendo e farão até as eleições, com declarações irresponsáveis que podem afastar os investidores estrangeiros” (17/06/1998, p.3).

Segundo se posiciona OESP, “Os responsáveis pela vulnerabilidade do Brasil” frente a crise no mercado internacional, eram Lula, José Dirceu e companhia, uma



oposição intransigente e despreparada para assumir o governo do País, pois haviam negado ao governo meios de controle e redução dos principais gastos públicos, geradores



de um déficit brutal e crescente, criando vulnerabilidade às crises externas; isto porque obstruíram propostas do governo que atenuariam a crise fiscal brasileira. (26/08/1998, p.3)

No último mês analisado, já a alguns dias do primeiro turno da eleição presidencial, 01/09/1998, são feitas duas importantes perguntas no editorial “O cenário do caos”: *O presidente Fernando Henrique merece outro mandato? Como seria o Brasil com três meses de governo Lula?*. A resposta para essas perguntas, começando a resposta pela segunda questão é que:

“Imagino o cenário do caos. Greves por todo o país, doo funcionalismo ao setor privado. O MST promovendo uma ofensiva [...]. Vários grupos internos o PT iniciando uma onda de reivindicações absurdas [...], O Congresso em estado de alerta, diante da falta de entendimento com o governo. [...] A hiperinflação começa a ressurgir. As bolsas caem e há fugas de capitais. Um país em convulsão.

[...] Da última vez em que o Brasil teve um presidente de esquerda, inconsequente e incompetente, o resultado foi uma ditadura de 20 anos.

O Presidente Fernando Henrique que é um verdadeiro estadista [...] inspira confiança aos setores financeiros, dando ao Brasil respeitabilidade [...]. O trabalho de Fernando Henrique não está terminado”. (1998, p.2)

Considerações finais

Voltando à discussão teórica presente em Gramsci, o conceito de *aparelho privado de hegemonia* remete a um conjunto de instituições que objetivam interferir na sociedade, política e culturalmente, em busca de um consenso acerca de uma visão de mundo – a concepção de uma classe dominante. Deste modo, a partir da análise dos editoriais d’*O Estado de São Paulo*, é possível perceber que o jornal atuou como um importante *aparelho privado de hegemonia* em defesa da reeleição de Fernando Henrique Cardoso e da defesa da continuidade das políticas públicas neoliberais no Brasil, levando-se em conta sua defesa paralela a concepções de um projeto neoliberal e aos interesses de grupos.

Fontes

“Os fins, justificando os meios”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 30 de abril de 1998, p 3.

“A responsabilidade do déficit público”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 7 de maio de 1998, p. 3.



“Vencendo a crise sem estragos”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição 16 de Maio de 1998, p. 3.



“Non pivone, governo ladro”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 23 de Maio de 1998, p. 3.

“Explicando para convencer”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 28 de maio de 1998, p. 3.

“Vencendo a crise sem estragos”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição 16 de Maio de 1998, p. 3.

“As razões da insatisfação”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 01 de Junho de 1998, p. 3.

“A preocupação com os sem-programa”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição 07 de junho de 1998. P.3.

“A crise longe do fim” *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição 17 de Junho de 1998, p. 3.

“O real, o Real e a reeleição”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 23 de junho de 1998, p. 2.

“Os frutos da estabilidade”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 30 de junho de 1998, p. 3.

“Privatizar para crescer”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição 09 de julho de 1998, p. 3.

“Os responsáveis pela vulnerabilidade do Brasil”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 26 de Agosto de 1998, p. 3.

“O cenário do caos”. *O Estado de São Paulo*: Páginas da Edição de 01 de setembro 1998, p. 2.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. In: *Opinião Publica* [online]. 2006, vol.12, nº 1, p.88-113.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. Ajuste Neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino. Imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.



COUTINHO, Carlos Nelson. *Cultura e Sociedade no Brasil: ensaios sobre ideias e formas*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

FILGUEIRAS, Luiz. *História do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições*. São Paulo: Boitempo, 2000.



GRAMSCI, Antonio. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol.3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política, 2000

_____. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol. 2: Os intelectuais; O princípio educativo; Jornalismo, 2001

KUCINSKI, Bernardo. A mídia de FHC e o fim da razão. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). *O desmonte da nação*. Petrópolis, Vozes, 1999, p. 181-199.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalismo na era virtual – Ensaios sobre o colapso da razão ética*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Editora UNESP, 2005

MORAES, Dunis de. Logicamente não dá um sistema de poder mundial. Em: *jornal de economia política de tecnologias da informação e de comunicação*, Vol. vi, n. 2, maio-Aug. 2004, p. 16-37.

MORAES, Dênis de. Comunicação, Hegemonia e Contra-hegemonia – a contribuição teórica de Gramsci. In: *Revista Debates*, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

MORAES, Dênis de. Da falácia do quarto poder ao laboratório de esperança da América Latina. In: *Blog da Boitempo*, 2014.

MORAES, Dênis de. Por que a concentração monopólica da mídia é a negação do pluralismo. In: *Blog Boitempo*, 2013

NOVAIS, Luis Fernando e PORTUGAL JUNIOR, José Geraldo. O Plano Real – Estabilização e Mercado de Trabalho. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). *Gestão estatal no Brasil: armadilhas da estabilização (1995-1998)*. São Paulo: FUNDAP, 2000.

PICCOLO, Monica. *Reformas Neoliberais no Brasil: a privatização nos governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. 427 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.) *Mídia e Eleições 98*. João Pessoa/Salvador, Editora da UFPB / Edições FACOM, 2000.

SILVA, Leonardo Barbosa e. *O Governo Lula e a agenda dos anos 90 – ambiguidade na política administrativa*. 218 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UNESP. Araraquara, 2008

SOARES, Murilo César. “Verificações e análises: cenários de representação da política nas eleições presidenciais brasileiras”. In: SOARES, MC. *Representações, jornalismo e a esfera pública democrática* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura



Acadêmica, 2009.